

A “*Candidatura Sportiva*” e outras aproximações entre esporte e política na Curitiba da Primeira República

Jhonatan Uewerton Souza¹

Resumo: O presente artigo investiga as múltiplas formas de aproximação entre as entidades esportivas e o campo político institucional – Estado, parlamento, partidos e governantes - em Curitiba, na Primeira República. Para tanto, analisaremos a participação de governantes em festivais esportivos, o envolvimento de clubes e federações em eventos cívicos e filantrópicos, o engajamento de atletas e torcedores em movimentos políticos e ideológicos, o financiamento estatal a instituições esportivas privadas e o envolvimento eleitoral dos clubes e cronistas esportivos nas eleições para o parlamento estadual em 1921.

Palavras-chave: Esporte; Política; Futebol; Curitiba; Paraná.

Abstract: This article investigates the many ways of approximation between sports organizations and the institutional policy – State, parliament, political party and politicians – in Curitiba, in the First Brazilian Republic. Therefore, we will analyze the participation of politicians in sports festivals, the involvement of the clubs and federations in the civic and philanthropic events, the involvement of the sportsman and fans in political and ideological movements, the State sponsorship of the private sports organizations and the electoral involvement of the clubs and sportswriter in elections to the provincial parliament in 1921.

Keywords: Sport; Policy; Soccer; Curitiba; Paraná.

The “*Candidatura Sportiva*” and other approaches between sports and politics in Curitiba of the First Republic

¹ Professor do Instituto Federal do Paraná (IFPR) – Campus Avançado Goioerê. Graduado em História pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e membro do Núcleo de Estudos Futebol e Sociedade (NEFS). E-mail: jhonatanusouza@gmail.com.

Introdução

Eventos recentes, como as Jornadas de Junho, a realização da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016, no Brasil, têm colocado em evidência as múltiplas relações estabelecidas entre o universo esportivo e o campo político. Impulsionados pelo crescente interesse público nesta temática, uma série de estudos acadêmicos e ensaios de intervenção pública foram desenvolvidos procurando compreender os efeitos destes megaeventos-esportivos e a natureza das aproximações entre esporte e política no tempo presente².

No tocante aos historiadores, o interesse pelo tema não é exatamente novo. Nas últimas duas décadas vários pesquisadores se debruçaram sobre a relação entre esporte e política no Brasil, elegendo especialmente os períodos de exceção, Estado Novo e Ditadura Civil-Militar, como os recortes preferenciais para suas análises³. Neste artigo, recuaremos no tempo para indagarmos sobre as formas de aproximação entre o movimento esportivo, especialmente os clubes e ligas de futebol, e o campo político na Curitiba da Primeira República.

Por meio da análise de fontes de imprensa e das atas, leis e decretos da Câmara Municipal de Curitiba, da Prefeitura de Curitiba, da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná e do Governo do Estado do Paraná, pretendemos aferir o alcance das relações entre os clubes de futebol, o Estado e as facções políticas que o disputavam. Além de analisar o processo de conformação de um espaço de atuação política no interior do próprio campo esportivo paranaense, ancorado na defesa das pautas específicas dos *sportsmen*. Esta frente político-esportiva atingiu sua maior expressão na candidatura a deputado estadual de Antonio Jorge Machado Lima, presidente da *Associação Sportiva Paranaense*, numa campanha que ficou conhecida como “*Candidatura Sportiva*”.

Como notou René Remond: “não há hoje muitas realidades da nossa sociedade que a história política não tenha começado a explorar”. (REMOND, 1994). Para o historiador

² Ver, entre outros, os ensaios da coletânea: JENNINGS, Andrew; VAINER, Carlos; ROLNIK, Raquel. **Brasil em jogo: o que fica da Copa e das Olimpíadas?** São Paulo: Boitempo, 2014. O geógrafo Gilmar Mascarenhas tem desenvolvido importantes estudos sobre a temática. Dele, recomendo: MASCARENHAS, Gilmar. *Globalização e espetáculo: o Brasil dos megaeventos esportivos*. IN: PRIORE, Mary; MELO, Victor. **História do esporte no Brasil: do Império aos dias atuais**. São Paulo Editora UNESP, 2009, p 505-533. E o cap. 8 de MASCARENHAS, Gilmar. **Entradas e Bandeiras: a conquista do Brasil pelo futebol**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014, p 225-233.

³ Para o período varguista, Cf.: DRUMOND, Maurício. **Estado Novo e Esporte: a política e o esporte em Getúlio Vargas e Oliveira Salazar (1930-1945)**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2014. Sobre a Ditadura Militar, Cf.: MARCZAL, Ernesto. Sobre a unidade em torno de um caneco: futebol, política e imprensa na vitória “brasileira” na Copa do Mundo de 1970. IN: **Recorde: Revista de História do Esporte**, vol. 6, n. 2. Rio de Janeiro, 2013. E: COUTO, Euclides. A esquerda contra-ataca: rebeldia e contestação política no futebol brasileiro (1970-1978). IN: **Recorde: Revista de História do Esporte**, vol. 3, n. 1. Rio de Janeiro, 2010.

francês, a ampliação dos objetos de estudo da história política tem relação com a própria expansão das atribuições do Estado na segunda metade do século XX:

[...] a política se apoderou de toda espécie de problemas que não lhe diziam respeito inicialmente, e com os quais a história política jamais tivera antes, portanto, de se preocupar. À medida que os poderes públicos eram levados a legislar, regulamentar, subvencionar, controlar a produção, a construção de moradias, a assistência social, a saúde pública, a difusão da cultura, esses setores passaram, uns após os outros, para os domínios da história política. ((REMOND, 1994), p.24)

Essa expansão do espaço político afetou a própria lógica das agremiações civis: “cuja finalidade primeira não era [...] política: associações de todos os tipos, organizações socioprofissionais, sindicatos e igrejas”, que, desde então: “não podem ignorar a política”. Para Remond, este alargamento fez do político não uma atividade completamente autônoma, mas uma dimensão que: “liga-se por mil vínculos, por toda espécie de laços, a todos os outros aspectos da vida coletiva”. Em outros termos: “O político não constitui um setor separado: é uma modalidade da prática social”. (REMOND, 1994, p.36)

Os organismos esportivos não ficaram alheios ao movimento de expansão do espaço político. Suas entidades se organizaram para defender seus interesses em face ao Estado e, com o tempo, o próprio esporte foi convertido em política pública. Os historiadores do esporte, por seu turno, não deixaram de se interrogar a respeito da dimensão política da prática esportiva. No campo historiográfico, surgiram desde programas de estudo que aplicaram perguntas clássicas da história política ao fenômeno esportivo – relação com Estado, opinião pública, propaganda política, identidade nacional, ideologia, relações internacionais (SANTOS; FORTES, 2013) –, até propostas que tencionaram o próprio conceito de política, atentando para sua capilaridade para além do Estado e sua dimensão subjetiva e passional, em oposição à imagem corrente do espaço político como território da objetividade e da racionalidade⁴.

O grosso destas pesquisas, entretanto, elegeu o período posterior ao levante de 1930 como o momento inicial de uma aproximação mais efetiva entre esporte e Estado, desprezando as experiências anteriores de envolvimento entre o movimento esportivo e as instituições

⁴ Um bom exemplo é a aproximação, promovida por Ribeiro, entre a história do futebol e a história das paixões políticas: RIBEIRO, Luiz C. Futebol: Por uma história política da paixão nacional. In: **História: Questões & Debates**, n. 57. Curitiba, 2012. Outro exemplo é a operacionalidade do conceito de política, de inspiração foucaultiano, nas pesquisas de Toledo: TOLEDO, Luiz H. Políticas da corporalidade: socialidade torcedora entre 1990-2010. In: Hollanda, Bernardo B. (org.). **A torcida brasileira**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2012.

tradicionais da política – Estado, partidos, parlamento, movimentos sociais, etc.⁵. Em termos historiográficos, a fascinação por este recorte temporal terminou por reverberar a ideologia do próprio Estado Novo, que se auto-representava como um movimento de ruptura abrupta com o passado de caos liberal, um tempo de recriação do país e de suas instituições⁶. Por outro lado, estas narrativas enfatizam o Estado como o único agente de politização do campo esportivo, como se os clubes e ligas fossem instituições passivas, vitimadas pela sanha controladora de um Estado corporativo, numa flagrante negligência dos interesses dos próprios esportistas na aproximação de suas entidades com o poder público⁷.

Um conjunto de novos estudos tem demonstrado que as aproximações entre esporte e política precederam a experiência varguista e que o campo esportivo não foi um ator passivo neste processo⁸. De fato, como demonstraremos no decorrer deste artigo, em Curitiba, as próprias entidades esportivas e seus porta-vozes, os colunistas esportivos, reivindicaram durante toda a Primeira República uma aproximação mais efetiva entre o movimento esportivo e as instituições públicas.

Nossa exposição se dividirá em três partes. Na primeira, abordaremos as aproximações difusas entre os círculos esportivos e o poder público municipal e estadual, enfocando os ritos de distinção e visibilidade presentes nos *festivals sportivos* e em jogos beneficentes ou cívicos. No segundo momento, analisaremos as relações entre esporte e Estado durante a reforma urbana de Curitiba, na década de 1910, e nas gestões subsequentes. Por fim, refletiremos sobre a candidatura de Machado Lima para deputado estadual e as interferências político-partidárias nas eleições para a direção da liga de futebol que se seguiram à “*candidatura sportiva*”.

⁵ Emblemático desta tendência é o livro de Eduardo Manhães, que inicia sua *Política de Esportes no Brasil* no período varguista, sem ao menos mencionar o período anterior. MANHÃES, Eduardo. **Política de Esportes no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

⁶ Com alertaram Ângela de Castro Gomes e Martha Abreu, esta auto-imagem construída pelo Estado Novo implicou numa depreciação da experiência republicana que o precedera. E, esta depreciação da vida política na Primeira República seria absorvida pela historiografia. Neste enquadramento de memória travestido de operação historiográfica: “[...] marginaliza-se, nunca ingenuamente, todo um conjunto de vivências, envolvendo diferenciados grupos sociais, que demandavam políticas às autoridades públicas, propondo e implementando uma série de iniciativas através de suas formas de associativismo, fossem elas na área da educação, da saúde, da política econômica, da regulamentação do mercado de trabalho e da expressão cultural, entre outras”. ABREU, Martha; GOMES, Ângela C. Apresentação Dossiê A Nova “Velha” República: um pouco de História e Historiografia. **Tempo**, vol. 13, n. 26. Rio de Janeiro, 2009.

⁷ Para um contraponto à narrativa simplista, ver: SOUZA, Denaldo A. **O Brasil entra em Campo: construções e reconstruções da identidade nacional (1930-1947)**. São Paulo: Annablume, 2008.

⁸ Para a Primeira República, ver, por exemplo: MELO, Victor A. Remo, modernidade e Pereira Passos: primórdios das políticas públicas de esporte no Brasil. **Esporte e Sociedade**, n. 3. Rio de Janeiro, 2006. DRUMOND, Maurício. Os jogos esportivos do centenário: o ponto de vista político. SANTOS, João M; MELO, Victor A. **1922: celebrações esportivas do centenário**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2012. Para o Segundo Reinado, ver: PERES, Fábio F; MELO, Victor. Associativismo e política no Rio de Janeiro do Segundo Império: o Clube Ginástico Português e o Congresso Ginástico Português.. IN:_____. **Esporte, Cultura, Nação, Estado – Brasil e Portugal**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2014.

Pretendemos, deste modo, traçar um panorama inicial das aproximações entre o movimento esportivo e campo político na Curitiba das primeiras décadas do século XX.

Ritos de distinção, beneficência e engajamento

Os registros mais antigos da prática do futebol em Curitiba remetem à primeira década do século XX, mas foi no segundo decênio deste século que as partidas e eventos esportivos se tornaram mais frequentes na cidade, agitando a população local, sedenta por novidades e divertimentos “modernos” que os permitissem experimentar, ao menos em termos sensoriais e em níveis de excitação, os novos padrões de comportamento e sociabilidade emergentes nos grandes centros urbanos nacionais e internacionais⁹.

A fundação de agremiações voltadas para a prática do *football*, como o Curitiba Foot Ball Club (1909), o Paraná Sport Club (1910), o Internacional Foot-Ball Club (1912) e o América Football Club (1914), contribuiu para a divulgação e ampliação da prática esportiva na capital paranaense. Ainda que, em seus períodos iniciais, essa modalidade fosse associada aos eventos realizados pelas elites, desde muito cedo outros segmentos sociais se apropriaram, ao seu modo, nas ruas e espaços abertos, do esporte bretão, ressignificando seus códigos de distinção e tencionando valores hegemonicamente associados à prática do futebol, como civilidade, higiene e modernidade¹⁰.

Entre as elites, a inclusão das partidas de *football* nos *Festivais Sportivos* era a forma mais comum de difusão e fruição da prática até, pelo menos, a criação da *Liga Sportiva Paranaense*, em 1915, quando o jogo inglês ganhou maior autonomia em relação aos demais esportes. Os *Festivais Sportivos* eram grandes eventos sociais realizados no Jockey Club ou no *ground* do Internacional F. C., normalmente aos domingos, com um cronograma de atividades que conjugava diversas práticas esportivas como corridas, provas ciclísticas, exhibições de ginastas e jogos de futebol, antecedidas ou sucedidas por gincanas: “piqueniques, chá da tarde ou, até mesmo, saraus dançantes”, como nos informa André Capraro (CARAPRO, 2002, p 30).

Frequentados pela fina flor da sociedade curitibana, os *Festivais Sportivos*, junto aos cinemas, teatros, bailes e clubes recreativos, se converteram em importante espaço de sociabilidade das elites curitibanas. Não é de se estranhar, portanto, que a presença de vultosas

⁹ Sobre a Belle Époque em Curitiba, ver: TRINDADE, Etelvina M. **Clotildes ou Marias: mulheres de Curitiba na Primeira República**. Curitiba: Fundação Cultural, 1996.

¹⁰ Sobre as múltiplas apropriações do futebol no período, consultar: SOUZA, Jhonatan U. **O jogo das tensões: clubes de imigrantes italianos no processo de popularização do futebol em Curitiba (1914-1933)**. Dissertação em História – UFPR. Curitiba, 2014.

figuras políticas regionais fosse uma constante nesses eventos durante toda a Primeira República. A incipiente imprensa esportiva curitibana, por seu turno, tratava de divulgar as presenças de políticos ilustres nesses festivais, numa cobertura que se assemelhava ao colonismo social.

“O match foi honrado com a presença dos srs. drs. Carlos Cavalcanti e Candido de Abreu”, escreveu em espaço de destaque o cronista do *Commercio do Paraná*, por ocasião da presença, respectivamente, do presidente do Estado e do prefeito de Curitiba em um festival realizado em agosto de 1915 (BROWN, 24 ago 1915, p 03)¹¹. Por vezes, os clubes ou ligas prestavam homenagens públicas aos políticos presentes nos jogos. É o que noticiou o mesmo cronista em maio de 1916: “O match foi assistido por s. ex., o sr. Presidente do Estado, a quem, pela diretoria da Associação, foi offerecida uma bella corbeille de flores naturaes” (COMMERCIO DO PARANÁ, 14 de mai. 1916, p. 02). Em outras ocasiões, o próprio *Festival Sportivo* era realizado em homenagem a algum mandatário: “Em homenagem ao sr. Affonso Camargo, presidente do Estado, o América-Paraná S. C. realizará o grande festival sportivo a que nos temos referido em números anteriores” (COMMERCIO DO PARANÁ, 08 de mar. 1917, p. 03).

Essa proximidade com a classe política não era uma exclusividade do futebol, outros esportes também gozavam de prestígio entre os governantes locais. Em julho de 1912, por exemplo, o periódico *A República* noticiou que: “a maior prova sportiva nos annaes do cyclismo Paranaense, o campeonato de 15000 metros” seria “dedicada ao Exm. Snr. Presidente do Estado Dr. Carlos Cavalcanti” (A REPÚBLICA. 06 jul 1912, p. 01). Mas, era o turfe, ao lado do futebol, o esporte que mais atraía a atenção das autoridades curitibanas¹². Assim como nos *Festivais Sportivos*, era comum a presença de importantes figuras políticas nas tribunas do Jockey Club do Paraná e os páreos e prêmios dedicados a presidentes de Estado, prefeitos, senadores e deputados eram frequentes. Para a elite política republicana, a presença em eventos esportivos garantia visibilidade entre os espectadores das arquibancadas e os leitores de colunas esportivas, que noticiavam a presença de homens públicos nas tribunas. Ademais, estes mandatários colavam sua imagem a valores então associados à prática esportiva, como modernidade, civilidade, higiene e civismo¹³.

¹¹ *Commercio do Paraná*. 24 ago 1915, p 3. Optamos por conservar a grafia original nas citações.

¹² Conforme Marcelo Moraes e Silva, as relações entre o turfe os círculos políticos paranaenses remonta ao século XIX. Cf: SILVA, Marcelo M. **Novos modos de olhar outras maneiras de se comportar: a emergência do dispositivo esportivo da cidade de Curitiba (1899-1918)**. Tese em Educação – Unicamp. Campinas, 2011.

¹³Sobre a ausência de pesquisas de folego a respeito das legislações eleitorais estaduais e municipais na Primeira República, o cientista político Jairo Nicolau observou: “Talvez essa ausência de trabalhos mais amplos sobre as

Na crônica *O “olho” no Prado*, o jornalista Zanolho, do humorístico *O Olho da Rua*, satiriza os símbolos e ritos de distinção presentes nas corridas do Jockey Club. Com acidez, o cronista inicia informando que as corridas seriam dedicadas “as nossas illutres sumidades que têm assento no Congresso do Estado, aquelle casarão em frente a casa do Colle”. E prossegue parodiando os colunistas esportivos da cidade, indicando uma infinidade de sobrenomes da “sociedade coritibana” presentes no Prado. Feitas as menções, Zanolho descreve o presidente do Jockey: “armado no braço esquerdo com um espaventoso distintivo que segundo sua opinião (lá dele) queria dizer: presidente obsequioso”. Nota a aclamada presença dos “coroneis Alcantara e Telemaco, aquelle do exercito e este da guarda não sou nada”. O último, um “coronel-deputado”, teria presenteado Zanolho com “duas garrafas de cerveja”. Por fim, descreve a atenção do público frente à “entrada solemne do deputado Raul Julião e do substituto em exercício do juiz federal, o bacharel Queiroga”. (ZAROLHO, 20 mar 1909, p. 06.) Homenagens, sobrenomes, títulos, distintivos na lapela, doações, presentes e louvações públicas, enfim, eram múltiplas as formas de produção de prestígio e distinção existentes nos *festivais sportivos*.

Os políticos locais, por sua vez, retribuía as gentilezas dos clubes e ligas patrocinando seus eventos e arcando com os custos das taças e dos troféus disputados nessas ocasiões. Em abril de 1918, o *Commercio do Paraná* noticiou a visita dos dirigentes da Associação Sportiva Paranaense (ASP) ao presidente do estado Affonso Camargo, segundo a publicação: “O sr. Dr. Affonso Camargo, num gesto fidalgo e digno das mais vivas sympathias, comunicou àqueles directores da Associação que com o maior prazer ofereceria a taça para o campeonato a iniciarse”. E completa: “Tal resolução do chefe do executivo paranaense foi recebida com inequívocas manifestações de contentamento pelo nosso meio sportivo” (COMMERCIO DO PARANA. 17 abr 1918, p. 02).

No mesmo ano, a ASP solicitou ao Congresso Nacional, por meio do deputado Luiz Bartholomeu, a compra de outra taça, a ser entregue ao campeão estadual. Em carta enviada por Bartholomeu à ASP e publicada no *Commercio do Paraná*, o deputado afirmava que “devido

regras eleitorais na Primeira República se deva, em larga medida, a uma premissa que orientou as pesquisas do período: o sistema representativo da Primeira República estava baseado em um processo eleitoral em que as fraudes imperavam e os resultados não expressavam a vontade do eleitor, sendo fruto de manipulações perpetradas pela elite política. Dito de outra maneira, o conhecimento dos detalhes da legislação era uma tarefa secundária, já que os resultados das urnas independiam delas.” NICOLAU, Jairo. **Eleições no Brasil: do Império aos dias atuais**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012, p 52. De fato, estudos clássicos como os de Leal (2012) e Souza (1974) contribuíram para o estabelecimento de uma narrativa sobre a política na Primeira República que excluiu da agenda dos pesquisadores não apenas o estudo das legislações eleitorais, mas também a investigação sobre as formas de construção de hegemonia e prestígio político por parte das elites governamentais do período, assim como as múltiplas formas de envolvimento das camadas populares nesse processo político.

a ausência de deputados e senadores paranaenses” a solicitação de auxílio não fora aprovada no parlamento. E segue:

[...] peço licença à Associação Sportiva Paranaense, para tomar a meu cargo a aquisição dessa taça, como uma homenagem que desejo prestar a tão útil associação. Para esse fim escolhi na joalheria Oscar Machado um vaso de prata, que ali está em exposição, à disposição da Associação S. Paranaense. Fazemos votos para o desenvolvimento do “sport” no Paraná e sempre pronto a concorrer para essa obra meritória sou com consideração e estima. amigo creado. obrigado – Luiz Bartholomeu. (SPORT. **Comercio do Paraná**. 30 mai 1918, p 01.)

Durante a década de 1920, a Taça Dr. Albuquerque Maranhão era disputada anualmente entre o campeão da Liga do Interior, sediada em Ponta Grossa, e o campeão da cidade de Curitiba. O nome do troféu era uma homenagem ao seu patrocinador, o chefe de polícia da capital. O mesmo se dava com a Taça Affonso Camargo, adquirida pelo então presidente do Estado (1916/1920 e 1928/1930) e entregue anualmente ao vencedor do duelo entre a seleção paranaense e a seleção paulista de futebol. (SPORT. **O Estado do Paraná**. 18 fev 1925, p. 05)

Em todos os casos, o rito era o mesmo: o comprador da taça dava nome ao prêmio; tinha a benfeitoria noticiada pelos jornais, que não poupavam elogios ao patrocinador; a taça ficava exposta durante dias, às vezes semanas, em uma importante casa comercial, com o nome do seu comprador estampado na vitrine; e, por fim, no dia da competição, o patrono do troféu era convidado a entrega-lo ao vencedor da contenda, ocupando assim o foco central das atenções no ponto máximo do evento esportivo. A taça ou estatueta era então levada à sede social do clube vencedor e permanecia exposta durante todo ano em sua sala de recepção. Monumentalizada pelo rito, a taça se convertia em lugar de memória, perpetuando a lembrança de sua disputa, de seu vencedor e de seu patrocinador – não raro, como vimos, um político local¹⁴.

Cabe ressaltar, entretanto, que as aproximações entre o universo esportivo e o campo político não eram episódicas ou fortuitas. Para além dos desejos mais imediatos de visibilidade e positividade da imagem, uma ampla rede de relações de camaradagem e mesmo laços familiares ligava a classe política paranaense aos dirigentes esportivos das principais agremiações de Curitiba. O caso mais emblemático talvez seja o de Joaquim Américo Guimarães, o “Joaquinzinho do Jockey”, como era tratado por Paulino, cronista de O Olho da

¹⁴ Sobre a importância dos monumentos como lugares de disputa de poder e narrativas de memória, ver: PHILLIPS, M; O’NEIL, M; OSMOND, Gary. Expandindo horizontes na história do esporte: filmes, fotografias e monumentos. **Recorde: Revista de História do Esporte**, vol. 3, n. 2. Rio de Janeiro, 2010.

Rua (PAULINO. No Bond. **O Olho da Rua**. 08 jul 1911, p 26.). De família tradicional, Joaquim Guimarães, presidente do Internacional F. C. e do Jockey Club do Paraná, era filho de Claro Américo Guimarães, vice-presidente do Estado na gestão de Carlos Cavalcanti (1912-1916), e neto do Visconde de Nacar, líder do Partido Conservador e vice-presidente da Província do Paraná (1870-1873 e 1875 a 1877). Como Guimarães, outros tantos paredros pertenciam a famílias ligadas à política paranaense. Agostinho Leão Júnior, Hugo Maeder e Antonio Jorge Machado Lima são alguns dos exemplos.¹⁵

Em parte, pelo próprio *ethos* desta elite que compunha o quadro associativo e diretivo dos clubes, era comum entre as organizações esportivas a realização de festas beneficentes e a participação em atos de caridade organizados no município. Os jogos para arrecadar fundos às vítimas de incêndios, naufrágios, carestias ou em favor de entidades como asilos, orfanatos e hospitais eram constantes¹⁶. Em momentos de grande mobilização pública em Curitiba, como durante a Primeira Guerra Mundial, as agremiações futebolísticas contribuía com as passeatas cívicas, incentivando os atletas a participarem dos *meetings* e cancelando eventos marcados para os mesmos horários das manifestações. Além disso, entre 1916 e 1919, a *Associação Sportiva Paranaense* organizou diversos festivais cujos rendimentos foram revertidos para as Forças Armadas, a Liga de Defesa Nacional e a Cruz Vermelha¹⁷.

Em suas memórias, o comerciante João Tassi registrou da seguinte maneira um desses eventos:

No Ground do Internacional Foot-Ball Club – Festa em benefício da Cruz Vermelha Pró Aliados – 1916.

A festa teve início as 2 horas da tarde com um match de foot-ball e em seguida as corridas de sacos, carrinhos de mão e outros divertimentos de acordo com o programma que fora preparado com muito capricho. Pelo bosque viam-se diversas comissões de moças e rapazes, incumbidas na venda de flores, chocolate, cigarros, bandeirinhas, distribuição de chá e prêmios de kermesse. (TASSI, *apud*: TEIXEIRA, 1991, p 49.)

¹⁵ Existem muitos casos de dirigentes esportivos do início do século XX pertencentes a famílias então envolvidas com a política paranaense ou que posteriormente se envolveriam com a política, como é o caso dos Fruet e dos Requião. Para maiores informações: SOUZA, Jhonatan U. **Op cit.** 2014, p 27-99. Além da minha dissertação, há uma pesquisa em andamento no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPR, desenvolvida pelo doutorando Luiz Demétrio Janz Laibida, que pretende analisar, por meio de um estudo genealógico, as relações de poder e parentesco existentes no interior dos quadros diretivos das principais agremiações futebolísticas de Curitiba. Cf: LAIBIDA, Luiz D. J. Raposas e outsiders no futebol paranaense: um estudo sobre relações de poder e genealogia. **Revista NEP**. V. 2, n. 1. Curitiba, 2016.

¹⁶ SECCÃO SPORTIVA. **Diário da Tarde**, 18 abr 1921, p 1. E: SPORT. **O Estado do Paraná**. 17 abr 1925, p 6.

¹⁷ SPORT. **Commercio do Paraná**. 15 abr 1917, p 3. SPORT. **Commercio do Paraná**. 20 mai 1917, p 3. SPORT. **Commercio do Paraná**. 27 jun 1918, p 3. SECCÃO SPORTIVA. **Diário da Tarde**, 18 abr 1921, p 1.

Na década de 1920, foram outros os expedientes que politizaram os gramados paranaenses. Os impactos do surgimento de novas ideologias e da crise aguda da República brasileira foram sentidos nos campos e arquibancadas. Em 1924, por conta da mobilização das tropas do Estado para a repressão da sublevação militar eclodida em São Paulo, diversas partidas do campeonato foram adiadas. Ao anunciar a transferência do jogo entre o Britania S. C. e o Operário F. C. de Ponta Grossa, a ASP informou que a medida foi tomada: “[...] em virtude do 1º quadro do Britannia achar-se desfalcado de diversos elementos que se acham em S. Paulo, com as forças deste destacamento” (DESPORTOS. **Gazeta do Povo**. 31 jul. 1924, p. 04). O mesmo ocorreu com a partida entre Coritiba e Universal:

Como é sabido, o Universal se encontra presentemente desfalcado da maior parte dos elementos que formam as suas esquadras. Obedecendo ordens superiores, seis de seus melhores defensores, incluídos nos corpos do exército aqui aquartelados, acham-se no momento lá para as bandas do Mato Grosso, em defesa da Legalidade. (DESPORTOS. **Gazeta do Povo**. 15 set 1924, p. 04)

Se, por um lado, algumas agremiações cediam braços para a “defesa da legalidade”, por outro, havia aqueles que, como o cronista da *Gazeta do Povo*, cobravam o apoio dos esportistas aos movimentos rebeldes:

Pelos Tropeiros da Liberdade - a *Gazeta do Povo* apella para o coração altamente patriótico dos nossos esportistas, em favor dos malogrados heróis da Columna Prestes [...]. Teríamos um prazer imenso que o povo desportivo do Paraná se levantasse altivo como os nossos pinheiros e voltasse os olhos para a Columna Prestes, que se acha refugiada no território da Bolívia amiga. Essa Columna que é um dos maiores orgulhos do Brasil, está em pátria estranha sem carinho de amigos. São soldados do nosso sangue, são mulheres que representam a carne de nossa carne, são crianças que choram a saudade dessa pátria, onde se desfralda, orgulhoso, o auri-verde pendão. Estender as mãos a esses infelizes patrícios, trazer um obulo que mitigue as suas dores é dever de todo o brasileiro que sinta dentro do peito, um coração a palpitar civismo [...] Apellamos para a mocidade desportiva do Paraná, essa mocidade forte e valente, que sempre triunfou nos campos da lucta. À Federação Paranaense de Desportos, que dirige todas as facções desportivas, caberá a iniciativa de tão nobre e humanitária missão. (DESPORTO. *Gazeta do Povo*. 17 mai 1927, p 06)

É também na década de 1920 que surgem os primeiros relatos na imprensa sobre a adoção de cantos e hinos com apelo político-ideológico nas arquibancadas das praças esportivas

de Curitiba¹⁸. Em 11 de junho de 1929, o redator esportivo do jornal O Dia publicou uma nota repudiando um grupo de torcedores do Palestra Itália de Curitiba, que: “[...] no auge do entusiasmo, cantaram um trecho da canção fascista. Alto lá moços. Si querem ser fascistas, si querem envergar a camisa preta, si querem seguir a lei do ódio, deixem a nossa terra e vão matar a fome lá onde bem entenderem”. E avisa: “Não toleraremos os fascistas e nem os anti-fascistas. Ademais, são todos brasileiros e não lhes fica bem essa palhaçada ridícula”¹⁹.

Do Estado e seus subsídios

Para além da dimensão política presente nos eventos esportivos, nos festivais beneficentes e no engajamento de clubes e torcidas, as aproximações entre as agremiações e ligas com a prefeitura e o governo estadual representam outra forma de relação entre o movimento esportivo e o campo político na Curitiba da Primeira República. Pedidos, por parte dos clubes, de auxílio financeiro, empréstimos, isenções fiscais e doações de terrenos foram corriqueiros durante todo o período analisado neste estudo.

Os primeiros registros que encontramos de transferência de recursos públicos para entidades desportivas dizem respeito ao *Jockey Club Paranaense*²⁰. Em outubro de 1911, a Câmara Municipal de Curitiba votou dois requerimentos destinando verbas ao *Jockey Club*. O primeiro era um "auxílio para refazer prejuízos causados na pista do Prado com as últimas enchentes".²¹ O segundo referia-se a outro "auxílio de 1:000\$000 para atender às despesas com os trabalhos relativos á exposição pecuária"²². Em 06 de agosto de 1914, o vice-presidente do estado enviou um decreto para a apreciação da Assembléia Legislativa do Paraná, suspendendo "o auxílio concedido ao Jockey-Club Paranaense", o que nos leva a crer que auxílios sistemáticos vinham sendo destinados à entidade antes desta data.²³

¹⁸ Sobre a alteração no perfil das torcidas a partir da década de 1920, ver: MALAIA, J. Torcer, torcedores, torcedoras, torcida (Bras.): 1910-1950. HOLLANDA, Bernardo; MALAIA, João; TOLEDO, Luiz; MELO, Victor. **A Torcida Brasileira**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2012, p 69-83.

¹⁹ O DIA ESPORTIVO. **O Dia**. 11 jun 1929, p 8.

²⁰ As relações mais sólidas da sociedade turfística com o poder pública, resultam da própria antiguidade da prática, uma das primeiras a configurar o campo esportivo brasileiro. MELO, Victor A. Das touradas às corridas de cavalo e regatas: primeiros momentos da configuração do campo esportivo no Brasil. IN: _____; PRIORE, M. **História do Esporte no Brasil: do Império aos dias atuais**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

²¹ Acta da sessão em 17 de Outubro de 1911 IN: **Annaes da Camara Municipal de Curitiba 1911-1912**. Curitiba: Typ d'A Republica, 1912, p 10.

²² Acta da sessão em 21 de Outubro de 1911 IN: **Annaes da Camara Municipal de Curitiba 1911-1912**. Curitiba: Typ d'A Republica, 1912, p 13-14.

²³ Decreto N. 534 IN: **Decretos de 1914**. Curitiba: Typ d'A Republica, 1914, p 220.

Os contatos com a elite política, como vimos na seção anterior, colaboravam para a aproximação entre o Jockey e as mais diversas instituições do Estado. Em Janeiro de 1918, o Presidente do Estado, por meio de decreto, destinou três contos de réis ao Jockey para a aquisição de prêmios²⁴. Outro decreto, este de setembro, repassou mais três contos de réis ao Jockey para o mesmo fim²⁵. Em 1922, foi a vez da Assembléia Legislativa: “conceder ao Jockey Club Paranaense, para ser distribuído em prêmios, o auxílio de rs 3:000\$000”²⁶. Lei similar foi aprovada em 1929, instituindo: “anualmente dois prêmios do valor de cinco contos de réis (5:000\$000) cada um [...] abertos os necessarios créditos”²⁷. Um ano antes, em 1928, a mesma Assembléia decretou: “Fica o Poder Executivo autorizado a conceder ao Jockey Club Paranaense o auxilio que julgar conveniente para a execução das obras precisas para o seu melhoramento”²⁸.

A extensão e longevidade dos auxílios indica que o repasse de recursos públicos para clubes esportivos e recreativos era uma prática frequente no início do século XX. No tocante às agremiações futebolísticas, a primeira menção que encontramos nas atas da Câmara Municipal, data de 25 de julho de 1912. Trata-se de um requerimento: “[...] do 'Paraná Sport Club' pedindo a praça Santos Andrade, por 10 annos, para n'ella installar a sua séde social”²⁹. O requerimento sequer chegou a entrar em votação, sendo arquivado na seção de 29 de outubro de 1912. Uma aproximação mais sólida entre os clubes de futebol e a prefeitura de Curitiba só ocorreria durante a gestão de Cândido Ferreira de Abreu (1913-1916). Abreu chegou à prefeitura de Curitiba por indicação direta do presidente do estado, Carlos Cavalcanti. Em sua gestão, a cidade passou por intensas reformas que visavam, segundo Benvenuti: “sanear, embelezar e policar” Curitiba, tornando-a: “[...] uma cidade higiênica, saneada e com cidadãos disciplinados para o trabalho”. (BENVENUTTI, 2004. p 90.)

Para a execução das reformas foi criada a Comissão de Melhoramentos da Capital, com plenos poderes para promover desapropriações e remanejamentos necessários à feitura das obras³⁰. Durante este período foram enviados relatórios à Câmara Municipal informando as

²⁴ Decreto N. 86. IN: Leis, **Decretos e Regulamentos 1918**. Curitiba: Typ d'A Republica, 1918, p 33.

²⁵ Decreto N. 748. IN: Leis, **Decretos e Regulamentos 1918**. Curitiba: Typ d'A Republica, 1918.

²⁶ Lei Nº 2.165. IN: **Leis de 1922**. Curitiba: Typ d'A Republica, 1918, p 87.

²⁷ Lei Nº 2.625 IN: **Leis de 1929**. Curitiba: Placido & Silva Cia, Ltda, 1929, p 32.

²⁸ Lei Nº 2.526 IN: **Leis de 1928**. Curitiba: Placido & Silva Cia, Ltda, 1928, p 26.

²⁹ Acta da sessão em 25 de Julho de 1912 IN: **Annaes da Camara Municipal de Coritiba 1911-1912**. Curitiba: Typ d'A Republica, 1912, p 116-117.

³⁰ Rafael Sêga, chega a afirmar que, a instituição Comissão de Melhoramentos: “[...] conferia ao prefeito poderes 'ditatoriais' na condução das reformas”. SÊGA, Rafael. **Melhoramentos da capital: a reestruturação do quadro urbano de Curitiba durante a gestão do prefeito Cândido de Abreu (1913-1916)**. Dissertação em História - UFPR. Curitiba, 1996, p 58.

atividades da Comissão e o andamento das reformas. Em 15 de julho de 1913, Cândido de Abreu enviou uma mensagem aos vereadores, por meio da qual, junto às informações sobre a administração municipal, encaminhou anexo dois pedidos de auxílio a instituições privadas, avalizados pelo próprio prefeito:

Por achar dignos de vosso estudo junto remetto dois requerimentos: do Club Coritibano e do Internacional Foot-ball Club, desta capital. [...] O segundo requerimento, do Internacional Foot-ball Club, que vem precedido de uma bem fundamentada exposição dos motivos, termina por solicitar da Municipalidade um empréstimo de 8:000\$000 (oito contos) que seria aplicado na construção de séde provisoria, cerca do *Ground* e archibancadas. Esta petição está acompanhada dos documentos necessarios á apreciação do caso que deve merecer a vossa symphatia pois se entende com a educação physica da nossa mocidade.³¹

No pedido, o prefeito justificava a pertinência do auxílio apelando às contribuições que as atividades promovidas pelo Internacional F. C. traziam ao desenvolvimento físico da mocidade curitibana. O requerimento enviado por Cândido de Abreu seguiu para a apreciação das Comissões de Legislação e Fazenda da casa, que emitiram parecer favorável apenas três dias após a petição:

As Comissões de Legislação e Fazenda, tendo presente a petição e documentos da sociedade Internacional Foot Ball Club, na qual ella solicita do poder municipal um empréstimo para realisar as obras mais necessarias a seu funcionamento, compromettendo-se a resgatal-a no praso de 3 annos, attendendo que, se a Camara não pôde e nem deve conceder empréstimos á particulares, todavia o fim a que se destina a referida sociedade tem grande utilidade porquanto é indubtabel que as diversões exportivas [sic] contribuem muito para o desenvolvimento phisico, as Comissões são de parecer que se conceda um auxilio á mesma sociedade [...].³²

No parecer das comissões, novamente, as supostas vantagens físicas advindas da prática esportiva eram utilizadas como argumento para a concessão do empréstimo. O projeto de lei que destinava 8:000\$000 para o Internacional F. C. foi votado em de 21 de julho de 1913 e aprovado, com unanimidade de votos, em uma seção presidida por Nicolau Mader, membro de uma das famílias fundadoras daquela agremiação futebolística.³³ Como foi possível notar na primeira seção deste artigo, a relação do presidente do Estado Carlos Cavalcanti e o do prefeito Cândido de Adreu com os clubes e ligas de futebol de Curitiba era muito grande. Em

³¹ Acta da sessão em 15 de Julho de 1913 IN: **Annaes da Camara Municipal de Coritiba**. Curitiba: Typ d'A Republica, 1913, p 162. Grifo nosso.

³² Acta da sessão em 18 de Julho de 1913 IN: **Annaes da Camara Municipal de Coritiba**. Curitiba: Typ d'A Republica, 1913, p 189-191.

³³ Acta da sessão em 21 de Julho de 1913 IN: **Annaes da Camara Municipal de Coritiba**. Curitiba: Typ. d'A Republica, 1913, p 192-193.

reconhecimento aos auxílios prestados ao desenvolvimento esportivo na cidade, no ano de sua fundação, a *Liga Sportiva Paranaense* concedeu a Cavalcanti o título de sócio honorário e a Cândido de Abreu o de presidente honorário da entidade. (BROWN, 1915, p. 02)

A aproximação do campo esportivo com o poder público em momentos de intervenção urbanística não foi uma peculiaridade curitibana.³⁴ Em São Paulo, que passou por importantes remodelações urbanas nas gestões Antonio Prado (1899-1910) e Raymundo Duprat (1911-1913), essa realidade se repetiu. No decorrer de 1904, durante administração Prado, houve uma tentativa de regulamentar a prática do futebol na cidade, por meio da lei municipal n. 702, que estabelecia critérios rígidos para a construção de campos de futebol. Entre 1911 e 1913, já sob o governo Duprat, foi edificado o Parque da Floresta, às margens do rio Tiete, espaço que seria apropriado pelos clubes locais, em mais um desses casos de apropriação privada de espaços públicos.³⁵ Outro importante político da cidade, Washington Luís, automobilista na juventude e conhecido entusiasta dos esportes, que foi prefeito de São Paulo e governador do Estado e, posteriormente, presidente da República, entre a segunda metade da década de 1910 e a primeira de 1920, respectivamente, contratou professores suécos para ensinar ginástica nas escolas paulistanas, iniciou o projeto de construir um grande estádio municipal para a cidade – que só se materializaria em 1940, com a inauguração do Pacaembu – e era conhecido, segundo Eugenio Brauner, por emprestar seu nome: “para competições de regata, além de fazer questão de entregar pessoalmente as premiações das competições, como foi o caso do Campeonato Estadual de Luta Romana”. (BRAUNES, 2010, p 76.)

O mesmo ocorreu no Rio de Janeiro, que assistiu a uma drástica reestruturação de seu quadro urbano durante a gestão de Pereira Passos (1902-1906). Neste período, houve uma forte aproximação do poder público com as entidades gestoras dos esportes, especialmente do remo. Nesta conjuntura, tanto Pereira Passos, quanto o presidente Rodrigues Alves estabeleceram relações com clubes de remo, ciclismo, atletismo e turfe. Em 1905, foram construídos com dinheiro público barracões que serviam como garagens de barco para os clubes Botafogo e Guanabara. Além disso, foi edificado o Pavilhão de Regatas atendendo a uma antiga demanda dos clubes locais por um espaço onde pudessem realizar as regatas. E, ainda em 1905, foi

³⁴ Na coletânea *Os sports e as cidades brasileiras: transição dos séculos XIX e XX*, organizada por Victor Andrade de Melo (2010), com ensaios sobre Rio de Janeiro, São Paulo, Santos, Belo Horizonte, Juiz de Fora, Curitiba, Porto Alegre, Florianópolis, Salvador, Aracaju, Recife, Natal e Belém do Pará, é possível encontrar diversas referências nesse sentido.

³⁵ STREAPCO, J. "Cego é aquele que só vê a bola." *O futebol em São Paulo e a formação das principais equipes paulistanas: S. C. Corinthians Paulista, S. E. Palmeiras e São Paulo F.C. (1894-1942)*. Dissertação em História - USP, São Paulo, 2010.p 16-27.

aprovado um auxílio anual no valor de 12.000\$00 para que a *Federação Brasileira de Sociedades de Remo* organizasse um campeonato escolar anual, mas a competição só ocorreu em 1905 e 1906.³⁶

Em Curitiba, os auxílios públicos não se restringiram ao Internacional F. C. e ao *Jockey Club Paranaense*. Em 1916, por exemplo, o Spartano S. C. solicitou à Câmara Municipal a Praça Senador Correia, para ali construir o seu campo.³⁷ Em outras cidades paranaenses, o mesmo acontecia, como podemos notar na publicação do *Commercio do Paraná* sobre o futebol na cidade de Antonina, no litoral do estado:

O Antoninense F. Ball Club, a associação sportiva composta de moços, os mais distintos, da aprazível cidade da marinha que lhe dá o nome, acaba de obter um auxílio muito justo da prefeitura daquela localidade. Assim é que o sr. Coronel Manoel Ribeiro de Macedo, operoso gestor das cousas municipaes antoninenses, fez donativo aquella futura sociedade, de um vasto campo, situado em magnifico local, para ali ser construido o ground da referida associação. Os trabalhos da construção do field do Antoninense serão iniciados dentro em breve, estando a mocidade sportiva dalli satisfeitissima pelo beneficio, aliás justo, que vem de lhe prestar o sr. coronel Macedo. (BROWM, W. Sport. In: **Commercio do Paraná**. 28 jul 1915, p 3.)

Os colunistas esportivos, em especial, desempenharam um papel fundamental no estímulo à expansão dos financiamentos públicos às agremiações esportivas, pressionando os mandatários locais para conseguirem subsídio às atividades esportivas e publicando extensos artigos informando como se davam as políticas públicas voltadas aos esportes em outros países, sempre enfatizando os prejuízos da ausência de iniciativas similares no Brasil (DESPORTOS. *Gazeta do Povo*. 08 jan 1927, p 6). Em 1914, quando ainda se debatia a criação de uma liga na cidade, o cronista Frederico Faria de Oliveira comentou a necessidade de auxílio municipal na empreitada: "A prefeitura tambem, a exemplo do que se passa nos centros adiantados, deve concorrer para a animação do *sport*, instituindo um premio de honra - a classica taça - que sera disputada por todas as Associações anualmente" (*O Sport. Commercio do Paraná*. 11 fev 1914, p 2.).

Em outubro do mesmo ano, foi a vez do Paraná S. C. enviar um pedido à Câmara Municipal solicitando: "[...] auxilio de 5:000\$000 que serão empregados em terreno que adquiriu e que está situado no Parque da Providência (Batel), em construção de archibancada

³⁶ Cf: MELO, Victor A. Remo, modernidade e Pereira Passos: primórdios das políticas públicas de esporte no Brasil. Rio de Janeiro: **Revista Esporte e Sociedade**, n. 3, 2006, p 11-16.

³⁷ Acta da sessão em 26 de Julho de 1916 IN: **Annaes da Camara Municipal de Curitiba**. Curitiba: Typ d'A Republica, 1916, p 213.

e demais obras complementares para o bom funcionamento da associação" (BROWN, W. Sport. Commercio do Paraná. 18 out 1914, p. 03). A letargia do legislativo municipal em inserir o requerimento do Paraná S. C. na pauta de discussões desencadeou uma verdadeira campanha entre os colunistas esportivos curitibanos, encabeçados por Frederico Faria de Oliveira, que objetivava pressionar os vereadores para a aprovação da concessão. Em diversas ocasiões, os dirigentes do Paraná S. C. convidaram jornalistas para visitarem o *ground* em construção. Destas excursões ao Batel resultavam reportagens que, invariavelmente, mencionavam a necessidade da prefeitura apoiar a iniciativa:

Com o que hontem vimos no novo campo do 'Paraná Sport Club' mais uma vez nos convencemos da justiça que faria a nossa Prefeitura se prestasse o auxilio que lhe foi solicitado, auxilio esse que se torna indispensavel, dado o grande sacrificio com que luta aquella associação sportiva para dotar nossa capital de um centro de reunião onde se passe horas de prazer e onde se possa cultivar qualquer genero de sport. (BROWN, W. Sport. Commercio do Paraná. 21 out 1914, p. 03)

Não conseguimos apurar se o Paraná S. C. recebeu ou não os 5:000\$000, mas, durante este processo, o clube se aproximou significativamente de Cândido de Abreu. Em 21 de outubro, o prefeito foi aclamado sócio honorário da agremiação (BROWN, W. Sport. Commercio do Paraná. 22 out 1914, p 03) e, em 11 de novembro, o mandatário recebeu em seu gabinete uma comitiva do Paraná S. C. para discutir os pormenores do projeto. (BROWN, W. Sport. Commercio do Paraná. 11 nov 1914, p. 03) Escrevendo sobre a relação entre esporte e imprensa na passagem do século XIX para o XX, Victor Melo sugeriu que os periódicos “ocuparam a função de mediadores entre as agremiações e o grande público” (MELO, 2012, p 24) e que, não obstante os conflitos entre esportistas e imprensa fossem corriqueiros: “As agremiações esportivas percebiam a imprensa como uma aliada” ((MELO, 2012, p. 28). De fato, ao menos em Curitiba, a militância dos cronistas esportivos foi fundamental para a defesa dos interesses do campo esportivo em relação ao Estado.

Como elucidam os exemplos narrados, ensaiou-se uma aproximação singular entre o Estado e os clubes de futebol durante as gestões de Cândido de Abreu e Carlos Cavalcanti. Por certo, era parte do universo ideológico dos reformadores urbanos o desejo de ver esculpido um novo corpo para a nova cidade que se formava. Um corpo forjado na velocidade, capaz de interagir com os (e fugir dos) carros, este novo fetiche das cidades em processo de modernização capitalista. Embora as diversas frações da classe dominante comungassem dos mesmos ideais reformadores, a destinação de dinheiro público para associações privadas não

se deu sem críticas da oposição política à gestão Abreu/Cavalcanti. E os jornais, que nas suas colunas esportivas defendiam estes repasses de dinheiro público, também serviam de caixa de ressonância para as críticas à atuação do Estado junto às entidades esportivas, como podemos verificar na nota publicada pelo Diário da Tarde:

Veze tem havido em que o dr. Candido de Abreu, dando a mão a sociedades sportivas, as quaes tem auxiliado monetariamente, não vae de encontro a interesse algum da população. O povo da capital não quer saber, em absoluto, si em Coritiba existem ou não sociedades sportivas, que nenhuma vantagem lhe trazem. O que elle quer saber é que os melhoramentos da cidade prossigam de molde a que Coritiba possa bem impressionar aos seus visitantes, concorrendo, tambem, para offerecer maior conforto aos municipes. Tem errado, pois, o sr. prefeito municipal prestando auxilios monetarios a sociedades com que nada tem o povo. (ENQUANTO a miseria bate a porta dos lares a prefeitura auxilia companhias theatraes. Diário da Tarde. 05 jul 1915, p.01)

A despeito das críticas, os repasses públicos continuaram depois da gestão de Carlos Cavalcanti e Cândido de Abreu. Para além dos já mencionados subsídios para a compra de prêmios e reforma do Jockey, em abril de 1918 o Commercio do Paraná noticiou a aprovação, por parte do presidente do Estado Affonso Alves de Camargo, de um auxílio monetário para a *Associação Sportiva Paranaense* (SPORT. Commercio do Paraná. 28 abr 1918, p.02). Dez anos depois, em 1928, a Gazeta do Povo publicou a nota: “O prezado Presidente do Estado prometeu auxiliar financeiramente as nossas representações de Futebol e de Tiro”. E justificou: “disse s. Exa. que o fazia com prazer, porque as representações da F.P.D. [Federação Paranaense de Desportos] iriam prestar um serviço ao Paraná”, uma vez que representariam o estado no campeonato nacional.

No mesmo ano, a Assembléia Legislativa, por meio do artigo 2º da Lei 2.580, autorizou o governo do estado a: “auxiliar o Clube Atlético Paranaense com a quantia que julgar conveniente para a construção do seu Stadium nos terrenos cedidos pela Prefeitura da Capital, anexos ao Passeio Público, abrindo para esses fins os necessários créditos”.³⁸ O terreno ao lado do Passeio Público, doado pela prefeitura ao Atlético no início dos anos 1920, seria posteriormente trocado por um terreno no Juvevê, este último doado pelo executivo estadual na gestão do presidente do Estado Affonso Camargo. Em 1933, o terreno do Juvevê seria adquirido novamente pelo interventor Manoel Ribas, que construiria ali a Escola Superior de Agronomia de Curitiba. Em troca do terreno do Juvevê, o Estado comprou e doou ao Atlético Paranaense a região da Baixada da Água Verde, onde já estava instalada a sua praça de esportes, desde 1914, numa propriedade da família Hauer arrendada pela agremiação³⁹. Deste modo, com a intermediação do poder público, o terreno passava à posse do Atlético Paranaense. O nome

³⁸ Lei Nº 2.580 IN: **Leis de 1928**. Curitiba: Placido & Silva Cia, Ltda, 1928.

³⁹ CHERESTENZEN, Levi M. MACHADO, Heriberto, I. **Futebol Paraná História**. Curitiba: Dígitus, 1994, p.06-76.

escolhido para batizar o estádio em 1934, Joaquim Américo Guimarães - o filho do vice-governador da gestão Carlos Cavalcanti -, não poderia ser mais sugestivo das ligações políticas que deram origem à praça esportiva atleticana.

Candidatura Sportiva

Doações e empréstimos estatais, festivais esportivos em homenagem a políticos, jogos beneficentes para arrecadar fundos aos desamparados de Curitiba, apoio de clubes a movimentos políticos e eventos cívicos, enfim, até o momento abordamos as relações amistosas entre o movimento esportivo paranaense e o as elites dirigentes municipais e estaduais. Mas, a relação entre futebol e política nem sempre foi harmoniosa. Ao menos em um ponto dirigentes esportivos e administradores públicos discordavam: a questão dos impostos sobre clubes, ligas e eventos esportivos.

Em Curitiba, desde, pelo menos, os primeiros anos do século XX existem impostos voltados às atividades esportivas. Em 21 de outubro de 1903, a Câmara Municipal aprovou a Lei n. 121 que criava: “o imposto mensal de 300\$000, precedendo a licença de 500\$000, para os frontões, velódromos, kermesses [sic], parques, tiro ao alvo [...]”⁴⁰. Nos anos subsequentes, novos dispositivos legais foram criados, estabelecendo tributos para a aprovação das licenças para a construção de praças esportivas, organização de partidas, competições e criação de clubes e ligas⁴¹.

Não demorou muito para que, cedendo às pressões, a Câmara abrisse exceções. É o caso da Lei 174 de 26 abril de 1906, que estabelecia: “Ficam isentas do imposto de que trata a lei n. 121 de 22 de Outubro de 1903, as linhas para exercício de tiro ao alvo e as kermesses, em benefício de estabelecimento de utilidade pública”⁴². As reivindicações por isenção fiscal também se davam em âmbito nacional. Exemplo disso foi a aprovação em dezembro de 1906 da “Emenda Neiva” no Congresso Nacional. Conforme noticiou *A Republica*: “Passou a emenda Neiva, dando a isenção de direito para objetos destinados aos jogos de ‘football’, ‘cricket’ e ‘tenis’”. (CONGRESSO NACIONAL. *A Republica*. 19 dez 1906, p.01).

⁴⁰ Lei Nº 121. **Decretos e Actos da Camara Municipal de Curitiba 1902 a 1906**. Curitiba: Oficinas de Artes Graphicas Adolpho Guimarães, p 83.

⁴¹ Ver, por exemplo, as diretrizes que constam nas Posturas Municipais. **Código de Posturas do Município de Curitiba**. Curitiba: Typ da Republica, 1919. Fundo: Acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná.

⁴² *Ibid*, p 147.

Na capital paranaense, desde 1916, Luiz Guimarães, importante dirigente do América S. C. e da *Associação Sportiva Paranaense*, publicava uma série de artigos na imprensa defendendo isenção tributária para entidades esportivas e cobrando maior apoio do poder público aos esportistas paranaenses (GUIMARÃES, Luiz. Imposto Ridículo. **Commercio do Paraná**. 12 nov 1916. p.03). O debate perdurou por toda a segunda metade da década de 1910, atingindo seu ponto máximo em 1921, quando a prefeitura municipal resolveu cobrar os impostos atrasados dos clubes que possuíam campos e praças esportivas.

Pressionado pelos clubes filiados, o presidente da ASP, Antonio Jorge Machado Lima, se reuniu com o prefeito João Moreira Garcez para se informar sobre as cobranças e reivindicar o perdão da dívida. Segundo relato de Machado Lima, publicado em nota oficial pelo *Commercio do Paraná*, o prefeito teria se comprometido a suspender a cobrança provisoriamente, esperando a Câmara Municipal se posicionar definitivamente sobre o assunto:

Reuniu-se hontem o Conselho Fiscal da 1ª Divisão. Aberta a reunião o sr. Presidente levou ao conhecimento dos srs. Representantes as providencias tomadas a respeito da questão de impostos reclamados pela Prefeitura Municipal e respectivas posturas, trazidas ao conhecimento dessa Associação pelos clubs filiados que possuem campos. Declarou o sr. Presidente que convidado pelo sr. Prefeito Municipal, compareceu ao seu gabinete onde teve conhecimento que o pagamento de licença para os campos de foot-ball é feito uma unica vez e que quanto ao imposto por partida ou função é exigencia das posturas municipais e que, entretanto, estava fixado em dez mil reis, o minimo, e que não seria cobrado até que a Camara Municipal, poder competente para faze-lo, resolva a respeito da isenção ás partidas de football mediante requerimento dos clubes interessados. Nestas condições, declarou o sr. Presidente ao Conselho que julgava solucionada a questão, certo e convencido como estava o sr. dr. Prefeito Municipal inspirado no mais alto patriotismo de forma alguma crearia embaraço ao desenvolvimento esportivo de nosso Estado e consequente aperfeiçoamento phisico da mocidade. (ESPORTES. **Commercio do Paraná**. 22 jul 1921, p.03)

Foi neste contexto de cobrança de impostos atrasados, que surgiram as primeiras notícias da candidatura de Antonio Jorge Machado Lima para deputado estadual. Filho de Vicente Machado da Silva Lima, importante político paranaense e presidente do Estado entre 1904 e 1906⁴³, Antonio Jorge era bacharel em direito e acumulava os cargos de fiscal da fazenda nacional e consultor jurídico da Delegacia Fiscal do Paraná. Filiado, como seu pai, ao Partido Republicano Paranaense, Antonio Jorge se uniu a um grupo de dissidentes que, em 1914,

⁴³ Escrevendo em 1933, Sertório de Castro, ao descrever as oligarquias que dominavam as diferentes regiões do Brasil nos anos iniciais da Primeira República, afirmou: “Vicente Machado mandava discricionariamente no Paraná”. CASTRO apud SOUZA, Maria do Carmo C. O processo político-partidário na Primeira República. IN: MOTA, Carlos G. (Org.) **Brasil em Perspectiva**. São Paulo: Difel, 1972, p 202.

rompeu com o P.R.P. por discordar dos rumos tomados pelo governo estadual de Carlos Cavalcante (DAGOSTIM, 2011. p.154).

Como ironizava Willian Brown, cronista esportivo do Commercio do Paraná, Machado Lima era "mais político do que esportista" (CARDOSO, 1978, p. 37). De fato, foi por sua influência política que Machado Lima assumiu a presidência da então *Liga Sportiva Paranaense*, em 1916, sem nunca antes ter dirigido ou jogado por um clube de futebol. Em 1918, voltaria à presidência da principal entidade esportiva do Estado, a, renomeada, *Associação Sportiva Paranaense* (ASP), de onde sairia no ano seguinte, para voltar em 1920 e ali ficar até 1922. Foi nesta condição de representante máximo dos *sportsman* paranaenses que Antonio Jorge Machado Lima se lançou ao pleito estadual em 1921, ressurgindo do ostracismo político em que se encontrava desde o rompimento com o P.R.P.

Em 12 de agosto de 1921, algumas semanas após a reunião com o prefeito de Curitiba, os dirigentes das principais agremiações da cidade inauguraram na sede da ASP um: "retrato do sr. dr. Antonio Jorge Machado Lima, que, com zelo e criterio vem, desde ha muito, occupando o cargo de presidente daquela entidade". Após noticiar a solenidade, o cronista do *Commercio do Paraná* anunciou a pretensão dos presentes: "A mocidade esportiva paranaense, achando-se no direito de ter um representante no Congresso Estadual, consta-nos que lançará em breve a candidatura do dr. Machado Lima, a deputado estadual, nas próximas eleições". (ESPORTES. **Commercio do Paraná**. 12 ago 1921. p.04).

No dia 20 do mesmo mês, dando sequência às pretensões anunciadas dias antes, a liga – que, nesse meio tempo, tinha aporuguesado seu nome para AEP (Associação Esportiva Paranaense) - fez publicar na imprensa local um manifesto pela candidatura de Machado Lima: "assignado por todos os presidentes dos clubes de nossa capital e representantes dos mesmos junto á A. E. Paranaense" (ESPORTES. *Commercio do Paraná*. 21 ago 1921. p.02). Nas semanas seguintes, os cronistas esportivos do *Commercio do Paraná* e da *Gazeta do Povo* se uniram aos paredros no apoio à candidatura de Antonio Jorge Machado Lima para deputado estadual. Dos cronistas, a campanha ganhou o *slogan* "*Candidatura Sportiva*" (DESPORTOS. **Gazeta do Povo**. 26 out 1921. p. 02), além de vários elogios à figura do “doutor” Machado Lima. É o que se lê na *Gazeta do Povo*, por ocasião do aniversário do candidato dos esportistas:

O distinto aniversariante é uma das figuras mais salientes do desporto paranaense e propugnador incansável, que se pode dizer sem reservas, que foi o único presidente que collocou o desporto do Paraná á altura dos mais adiantados do país. Foi o dr. Antonio Jorge que teve a feliz ideia de instituir um trophéu para ser disputado com os nossos co-irmãos paulistas, que veio,

além de enaltecer os nossos créditos desportivos perante o desporto nacional, elevar a pujança da nossa mocidade. O ilustre desportista não descansa, a sua preocupação maior actualmente, e, que o tornar popular entre todos os afeiçoados da vida desportiva do Paraná, é a organização do campeonato integral de Foot Ball no Paraná, onde todos os grêmios desportivos do Estado concorrerão a título de campeão Paranaense. Não foi sem razão que a mocidade paranaense, reconhecendo o valor do presidente da sua entidade desportiva lançou sua a sua candidatura, para ocupar uma das cadeiras do Congresso Estadual. O ilustre desportista, se for eleito, completará sua obra no esporte paranaense. (DESPORTOS. **Gazeta do Povo**. 26 out 1921. p. 02)

Não era fortuito em meio à campanha o presidente da AEP propor a: "organização de um campeonato integral de Foot Ball do Paraná, onde todos os grêmios desportivos do Estado concorrerão ao título de campeão Paranaense" (DESPORTOS. **Gazeta do Povo**. 26 out 1921. p. 02). Com esta competição, Machado Lima atendia a uma antiga reivindicação dos clubes do interior e do litoral, desejosos de um campeonato verdadeiramente paranaense, que não se restringisse às agremiações da capital.

A proposta do "campeonato integral" parece ter surtido algum efeito, ao menos é o que faz crer outra nota da *Gazeta do Povo*:

Sabemos que o dr. Antonio Jorge Machado Lima, apresentado como candidato ao Congresso Estadual pela mocidade esportista, tem recebido valiosas adesões de influentes pessoas do interior e do litoral do Estado. Os desportistas paranaenses contam como certa a victoria do candidato que indicaram ao eleitorado patricio. (DESPORTOS. **Gazeta do Povo**. 25 out 1921. P. 02)

A candidatura do mandatário da AEP fortaleceu na esfera pública a demanda por reconhecimento das agremiações e ligas esportivas como instituições de "utilidade pública", o que, esperava-se, viabilizaria isenções fiscais e doações do Estado a estas instituições. Em que pese a repercussão da campanha nas colunas esportivas dos diários curitibanos, o campo majoritário do Partido Republicano Paranaense (PRP), liderado pelo Presidente do Estado Caetano Munhoz da Rocha, se mobilizou para frear as pretensões de representação parlamentar dos dirigentes esportivos. Em protesto às manobras do setor hegemônico do P.R.P., o colunista esportivo da *Gazeta do Povo* reivindicava o direito à representação das minorias, um princípio fundamental do pacto político republicano⁴⁴:

Nada se sabe até agora sobre a organização da chapa para deputados estaduais. O governo do Estado, porém, que durante dois anos vem se empenhando para

⁴⁴ Para um debate sobre o sistema político e a questão da representação das minorias na Primeira República, ver: NICOLAU, J. **Op. Cit.** 2012, p 46-72.

dar um cunho democrático e criterioso a sua administração, não deve se esquecer dos sagrados direitos das minorias. Deve dar margem a que elementos livres de facções disputem a sua candidatura, elevados somente pelas sympathias dos que os aclamarem. Esta, aliás, é a esperança da mocidade desportiva que num gesto espontâneo lançou a candidatura do dr. Machado Lima para deputado estadual. E a aspiração da mocidade desportista, por sincera, livre de qualquer injunção, necessita ser apoiada pelas autoridades constituídas. Não que seja propriamente amparada a candidatura pelo governo, mas deixando vagas que possam ser livremente disputadas. (DESPORTOS. Gazeta do Povo. 17 set 1921. p. 02)

Em nossa pesquisa, não encontramos maiores informações sobre o andamento das disputas intrapartidárias, sabemos apenas que Machado Lima não esteve entre os legisladores diplomados para ocupar as cadeiras da Assembleia Legislativa do Paraná. Entretanto, a visibilidade de sua campanha fortaleceu as pautas dos *sporstmén* locais. Como resultado desta visibilidade, em março de 1922, o deputado estadual Manoel de Oliveira Franco: "apresentou ao Congresso Legislativo um projecto considerando a ASP, como instituição de utilidade pública"(DESPORTOS. Gazeta do Povo. 24 mar 1922. p.02). Em nota, o cronista esportivo da Gazeta do Povo comemorou o fato:

A ideia daquele ilustre deputado ecoará entusiasticamente em todos os cantos do Estado, onde se pratica o esporte. E estamos certos que nossa mocidade saberá recompensar tão feliz ideia. Nós que vivemos batalhando com ardor e entusiasmo em pròl do nosso esporte, sinceramente felicitamos o autor do benéfico projecto que trará grandes vantagens ao esporte paranaense. Sejam nós, pois os primeiro a levantar um entusiastico "hurrah" ao dr. Manoel de Oliveira Franco. (DESPORTOS. **Gazeta do Povo**. 24 mar 1922. p.02)

Assim, embora, no curto prazo, os esportistas tenham perdido a eleição. No médio prazo, com a demonstração de sua capacidade de mobilização, terminaram por conquistar as pautas levantadas pela candidatura de Machado Lima. Com efeito, depois da "*Candidatura Spotiva*", os esportistas passaram a ser vistos pelo parlamento como uma força política que não deveria ser desprezada. E isto, evidentemente, abria novos canais de negociação entre dirigentes esportivos e o poder público. Canais estes que seriam explorados pelos dirigentes no decorrer da década de 1920, para barganhar auxílios e apoios estatais às iniciativas de seus clubes.

Em paralelo à conquista de maior visibilidade às reivindicações dos dirigentes esportivos, houve uma maior politização das eleições para o corpo diretivo da liga. Depois da campanha de Machado Lima, as distintas forças políticas paranaenses passaram a olhar a ASP como um espaço de poder e visibilidade, que deveria ser disputado, uma vez que seu prestígio popular angariava dividendos políticos aos seus dirigentes. Nas eleições para a diretoria da liga,

em 1923, a primeira depois da “*Candidatura Sportiva*”, o cronista da Gazeta do Povo comentou: "Cousa interesantissima de registro - a politica dominante está se preocupando com o esporte. Ella quer que pontifique na Asp um seu correligionário... O que tem de ver o esporte com a política?" (DESPORTOS. Gazeta do Povo. 06 fev 1923. p.03). A resposta viria pela pena do próprio cronista, no dia seguinte:

Incontestavelmente hoje um membro da Directoria da ASP e mui principalmente presidente, equivale a uma das figuras de maior destaque do nosso Estado. Isso é devido pelo grande progresso que temos feito no peból, posto tantas vezes em prova com os nossos irmãos do país. Na presente época, uma embaixada esportiva paranaense que vai para o Rio ou S. Paulo, vale muito mais que qualquer outra, seja ela comercial, financeira ou política. O Paraná fez-se mais conhecido no Brasil com essas cinco ou seis partidas interestaduais, do que com todos os custosos reclames de mensagens, embaixadas políticas, etc. [...] Compreendendo essas grandes vantagens do football é que o partido político P.R.P. intrometeu-se nelle, impondo esse o aquelle candidato à presidencia da ASP. O fito da politiquice não é trabalhar em prol do esporte, pois se assim fosse o seu desejo, já teria a muito tempo auxiliado a ASP, nos seus momentos difíceis. Agora que a ASP destaca-se entre as suas co-irmãs, agora que não se necessita de auxílios, vem os políticos cautelosamente estendendo a sua teia... para mui breve fazer dessa grande entidade esportiva instrumento de “caça votos”... Não estamos fazendo guerra a este ou aquelle candidato a presidência da APS [...] O que combatemos é unicamente a imposição do P.R.P. que revelou-se assim – quero este, não quero aquelle... Alerta, pois, esportistas paranaenses! Elegei vosso presidente alheio à política, que tudo desmantela e corrompe. (DESPORTOS. Gazeta do Povo. 07 fev 1923. p.03)

Considerações finais

Os laços entre o campo esportivo e a política institucional não se afrouxaram com a decadência da primeira experiência republicana brasileira. De outro modo, como demonstram diversos pesquisadores, essas relações seriam ainda mais intensificadas com a ascensão de Vargas ao poder, especialmente durante a ditadura do Estado Novo⁴⁵. O mesmo pode ser dito no tocante à conjuntura paranaense, estudada por Eduardo Pereira, onde os principais cargos diretivos de instituições esportivas, como a Federação Paranaense de Desportos e o Conselho

⁴⁵ Cf. MANHÃES, E. *Op. cit.* 2002. SOUZA, D. *Op. cit.* 2008. NEGREIROS, Plínio. *A nação entra em campo: futebol nos anos 30 e 40*. Tese em História – PUC-SP, 1998. DRUMOND, Maurício. *Nações em jogo: esporte e propaganda política em Vargas e Perón*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008. DRUMOND, Maurício. *Estado Novo e Esporte: a política e o esporte em Getúlio Vargas e Oliveira Salazar (1930-1945)*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014.

Regional de Desportos, passariam às mãos dos “tenentes revolucionários” que apoiavam o caudilho gaúcho (O DIA ESPORTIVO. **O Dia**. 09 nov 1930, p. 07).

Alguns esportistas, inclusive, participaram ativamente do levante de 1930. Em 09 de novembro, o jornal O Dia noticiou a realização de uma partida amistosa entre militares gaúchos, que estavam em Curitiba por ocasião do processo revolucionário, e as equipes do Coritiba e do Palestra Itália. Conforme o cronista, a equipe palestrina jogou desfalcada dos atletas Dulla e Gabardo, ambos “incorporados às forças libertadoras” (O DIA ESPORTIVO. **O Dia**. 09 nov 1930, p. 07).

A própria praça esportiva do Coritiba F. C., naquele momento ainda em construção, foi utilizada como esconderijo para os revolucionários e suas armas durante o levante de 1930. Conforme narrou o comandante Tourinho, depois de invadir o Tiro de Guerra n. 321, levando consigo fuzis e munições, os rebeldes liderados pelo então tenente Antônio Couto Pereira – que hoje dá nome ao Estádio do Coritiba - se estabeleceram em “seu acampamento localizado em um terreno no alto da rua 15, onde está sendo construída a Praça de Desportos do referido Coritiba F.C”. Permaneceram ali alguns dias, enquanto “estavam sendo procurados ansiosamente pela polícia, que espalhou agentes policiais por diversos pontos e estradas” (TOURINHO *apud* PEREIRA, 2014, p 50).

Revolução concluída, com o desenrolar dos governos varguistas, em especial durante o período estadonovista, a aproximação entre o campo político e o campo esportivo foi aprofundada, com direito à intervenção e regulamentação estatal da prática esportiva e à elevação de alguns esportes, como o futebol, a símbolos nacionais. Entretanto, como percebeu Maurício Drumond, a aproximação do novo regime com os esportes não se deu de maneira unilateral. Ao se apropriar dos esportes enquanto veículo de propaganda e promoção da nacionalidade, Vargas “atendia a anseios e aspirações que já circulavam pelas camadas populares” (PRIORE; MELO, 2009, p 244.). E, acrescentaria, de modo similar ao que ocorreu com os direitos trabalhistas⁴⁶, no campo da regulamentação esportiva, a Era Vargas incorporou, ampliou e ressignificou uma série de demandas e práticas já existentes no país antes de sua ascensão ao poder.

Como vimos neste artigo, que teve por objetivo investigar as relações entre as entidades esportivas e as instituições políticas em Curitiba na Primeira República, a aproximação de clubes, ligas, federações, atletas e dirigentes esportivos com o Estado, ao menos no Paraná, vem

⁴⁶ Sobre os direitos trabalhistas, ver: GOMES, Angela C. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

de longa data. Seja na presença de figuras políticas de relevo nos festivais esportivos, nas descrições laudatórias que estes políticos recebiam dos colunistas esportivos, na realização de jogos beneficentes, no engajamento de atletas e dirigentes em ideologias e acontecimentos políticos de relevo, seja no patrocínio estatal à realização de competições, construção de praças esportivas, envio de delegação a outros estados e países, ou na própria candidatura de dirigentes esportivos para o parlamento, em todos esses casos, uma lenta e progressiva aproximação entre o campo político e o campo esportivo se ensaiava. A ascensão de Vargas ao poder acelerou esse processo, mas não o inaugurou.

Referências

- ABREU, Martha; GOMES, Ângela C. Apresentação Dossiê A Nova “Velha” República: um pouco de História e Historiografia. **Tempo**, vol. 13, n. 26. Rio de Janeiro, 2009.
- BENVENUTTI, A. **As reclamações do povo na Belle Époque: a cidade em discussão na imprensa curitibana (1909-1916)**. Dissertação em História - UFPR, Curitiba, 2004.
- BRAUNES, Eugenio. **Entre as quatro linhas: da crônica sobre o futebol ao colunismo esportivo ou da profissionalização do futebol e do cronista**. Dissertação em Letras – UFRGS, 2010.
- CAPRAPRO, André M. **Football, uma prática elitista e civilizadora – investigando o ambiente social e esportivo paranaense do início do século XX**. Dissertação em História – UFPR, 2002.
- CARDOSO, Francisco. **História do Futebol Paranaense**. Curitiba: Grafipar, 1978
- CHERESTENZEN, Levi M. MACHADO, Heriberto, I. **Futebol Paraná História**. Curitiba: Dígito, 1994.
- COUTO, Euclides. A esquerda contra-ataca: rebeldia e contestação política no futebol brasileiro (1970-1978). IN: **Recorde: Revista de História do Esporte**, vol. 3, n. 1. Rio de Janeiro, 2010.
- DAGOSTIM, Maristela W. **A República dos conselhos: um estudo sobre a transformação do perfil da elite política paranaense (1930-1947)**. Dissertação em Ciência Política - UFPR. Curitiba, 2011.
- DRUMOND, Maurício. **Nações em jogo: esporte e propaganda política em Vargas e Perón**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.
- DRUMOND, Maurício. O esporte como política de Estado: Vargas. PRIORE, Mary; MELO, Victor A. **História do Esporte no Brasil: do Império aos dias atuais**. São Paulo: Editora da UNESP, 2009.
- DRUMOND, Maurício. Os jogos esportivos do centenário: o ponto de vista político. SANTOS, João M; MELO, Victor A. **1922: celebrações esportivas do centenário**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2012.

- DRUMOND, Maurício. **Estado Novo e Esporte: a política e o esporte em Getúlio Vargas e Oliveira Salazar (1930-1945)**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2014.
- GOMES, Angela C. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- JENNINGS, Andrew; VAINER, Carlos; ROLNIK, Raquel. **Brasil em jogo: o que fica da Copa e das Olimpíadas?** São Paulo: Boitempo, 2014.
- LAIBIDA, Luiz D. J. Raposas e outsiders no futebol paranaense: um estudo sobre relações de poder e genealogia. **Revista NEP**. V. 2, n. 1. Curitiba, 2016.
- LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- MANHÃES, Eduardo. **Política de Esportes no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- MARCZAL, Ernesto. Sobre a unidade em torno de um caneco: futebol, política e imprensa na vitória “brasileira” na Copa do Mundo de 1970. IN: **Recorde: Revista de História do Esporte**, vol. 6, n. 2. Rio de Janeiro, 2013.
- MASCARENHAS, G. Globalização e espetáculo: o Brasil dos megaeventos esportivos. IN: PRIORE, Mary; MELO, Victor. **História do esporte no Brasil: do Império aos dias atuais**. São Paulo Editora UNESP, 2009.
- MASCARENHAS, Gilmar. **Entradas e Bandeiras: a conquista do Brasil pelo futebol**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014
- MELO, Victor A. Remo, modernidade e Pereira Passos: primórdios das políticas públicas de esporte no Brasil. **Esporte e Sociedade**, n. 3. Rio de Janeiro, 2006.
- MELO, Victor A. Das touradas às corridas de cavalo e regatas: primeiros momentos da configuração do campo esportivo no Brasil. IN: MELO, Victor A.; PRIORE, M. **História do Esporte no Brasil: do Império aos dias atuais**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- MELO, Victor A. **Os sports e as cidades brasileiras: transição do século XIX e XX**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.
- MELO, Victor A. Causa e consequência: esporte e imprensa no Rio de Janeiro do século XIX e década inicial do século XX. IN: MELO, Victor A.; HOLLANDA, Bernardo B. **O esporte na imprensa e a imprensa esportiva no Brasil**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2012.
- NEGREIROS, Plínio. **A nação entra em campo: futebol nos anos 30 e 40**. Tese em História – PUC-SP, 1998.
- NICOLAU, Jairo. **Eleições no Brasil: do Império aos dias atuais**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- PERES, Fábio F; MELO, Victor. Associativismo e política no Rio de Janeiro do Segundo Império: o Clube Ginástico Português e o Congresso Ginástico Português. IN: PERES, Fábio F; MELO, Victor; DRUMOND, Maurício. **Esporte, Cultura, Nação, Estado – Brasil e Portugal**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2014.
- PEREIRA, Eduardo. **Entre amadores e profissionais: os agentes políticos da oficialização do futebol profissional paranaense**. Dissertação em História – UFPR, 2014.
- PHILLIPS, Murray; O’NEIL, Mark; OSMOND, Gary. Expandindo horizontes na história do esporte: filmes, fotografias e monumentos. **Recorde: Revista de História do Esporte**, vol. 3, n. 2. Rio de Janeiro, 2010.
- REMOND, René. **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- RIBEIRO, Luiz C. Futebol: Por uma história política da paixão nacional. IN: **História: Questões & Debates**, n. 57. Curitiba, 2012.
- SANTOS, João. Torcer, torcedores, torcedoras, torcida (Bras.): 1910-1950. HOLLANDA, Bernardo; SANTOS, João; TOLEDO, Luiz; MELO, Victor. **A Torcida Brasileira**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2012.
- SANTOS, João; FORTES, Rafael; DRUMOND, Maurício; MELO, Victor. História Política do Espote. IN: _____. **Pesquisa Histórica e História do Esporte**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.

- SÊGA, Rafael. **Melhoramentos da capital: a reestruturação do quadro urbano de Curitiba durante a gestão do prefeito Cândido de Abreu (1913-1916)**. Dissertação em História - UFPR. Curitiba, 1996.
- SILVA, Marcelo M. **Novos modos de olhar outras maneiras de se comportar: a emergência do dispositivo esportivo da cidade de Curitiba (1899-1918)**. Tese em Educação – Unicamp. Campinas, 2011.
- SOUZA, Denaldo A. **O Brasil entra em Campo: construções e reconstruções da identidade nacional (1930-1947)**. São Paulo: Annablume, 2008.
- SOUZA, Jhonatan U. **O jogo das tensões: clubes de imigrantes italianos no processo de popularização do futebol em Curitiba (1914-1933)**. Dissertação em História – UFPR. Curitiba, 2014.
- SOUZA, Maria C. C. O processo político-partidário na Primeira República. IN: MOTA, Carlos. **Brasil em Perspectiva**. São Paulo: Difel, 1974.
- STREAPCO, J. "Cego é aquele que só vê a bola." **O futebol em São Paulo e a formação das principais equipes paulistas: S. C. Corinthians Paulista, S. E. Palmeiras e São Paulo F.C. (1894-1942)**. Dissertação em História - USP, São Paulo, 2010.
- TEIXEIRA, Elisabete T. **Hotel Tassi o Antigo Hotel da Estação**. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba. 1991
- TOLEDO, Luiz H. Políticas da corporalidade: socialidade torcedora entre 1990-2010. In: Hollanda, Bernardo B. (org.). **A torcida brasileira**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2012.
- TRINDADE, Etelvina M. **Clotildes ou Marias: mulheres de Curitiba na Primeira República**. Curitiba: Fundação Cultural, 1996.

Recebido em: 10 de novembro de 2015.

Aprovado: 20 de março de 2016.